

Assejur vai intensificar negociações no TJ e no CNJ

Assembleia geral realizada no dia 19 de fevereiro avaliou anteprojeto que trata da reestruturação do sistema de cargos e salários no Poder Judiciário e aprovou plano de ação em defesa da carreira

A assembleia geral da Assejur realizada em 19 de fevereiro tratou da reestruturação do sistema de carreiras do Poder Judiciário. Esse foi o item principal da pauta. Os debates giraram em torno de um anteprojeto de lei sobre o assunto divulgado pelo Tribunal de Justiça no dia 2 de fevereiro. O documento contém vários pontos polêmicos, e foi elaborado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja Resolução nº 219/16 estabelece a necessidade de redistribuição da força de trabalho em cartórios judiciais e nas secretarias dos tribunais brasileiros.

Consultor jurídico - Para os assessores jurídicos, a proposta que a administração encaminhou ao CNJ traz algumas mudanças. Entre elas, está a nova denominação do cargo, que passa a se chamar “consultor jurídico”. Essa alternativa havia sido admitida pela Assejur, que também sugeriu o termo “procurador judiciário”, mais condizente com as especificidades das funções atribuídas a profissionais do direito previstas no artigo 56 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. Outras reivindicações, porém, não foram incorporadas ao estudo.

No Tribunal de Justiça - A assembleia geral avaliou que a entidade de classe deve dar prosseguimento ao trabalho de defesa da carreira iniciado em 2017. Serão buscadas negociações com a cúpula do Tribunal de Justiça e com os desembargadores do Órgão Especial. Em Brasília, estão programados contatos com conselheiros do CNJ. Os pontos principais a serem revistos são os seguintes: diminuição da verba de representação, extinção de cargos, redução da faixa salarial para os níveis iniciais da carreira e critérios de lotação de assessores jurídicos. Todos eles integram o anteprojeto do Tribunal, e prejudicam a categoria. Finalmente, foi aprovada a elaboração de documento (emenda aditiva) sobre a necessidade de incluir entre as atribuições dos assessores jurídicos a defesa institucional do Poder Judiciário.

O que foi deliberado pela assembleia geral

- **Defesa da carreira** - negociações com a cúpula do Tribunal de Justiça e membros do Órgão Especial e contatos com conselheiros do CNJ
- **Temas destacados** - valor da verba de representação, extinção de cargos, redução salarial dos níveis iniciais de carreira e critérios de lotação
- **Emenda aditiva** - inclusão, entre as atribuições de assessores jurídicos, da defesa institucional do Poder Judiciário
- **Contas de 2016** - aprovadas
- **Estatuto** - inclusão de dispositivo que autoriza a Assejur a ingressar com ação direta de inconstitucionalidade e formação de comissão para elaborar proposta de reforma estatutária ampla
- **Patrimônio** - definição de valores para locação ou venda de imóvel pertencente à Assejur

Contas em dia

Em caráter ordinário, a assembleia do dia 19 de fevereiro analisou as contas da associação referentes ao exercício de 2016. Nessa parte, representantes do **Conselho Fiscal** apresentaram um relatório detalhado sobre as movimentações financeiras da Tesouraria. Foram sugeridos mecanismos de controle que incluem a divulgação de balancetes mensais com demonstração simplificada das receitas e despesas da entidade. O plenário aprovou as contas e acolheu as propostas do Conselho Fiscal, que já iniciou o exame dos balanços de 2017.

Estatuto e patrimônio



Dois assuntos complementaram os debates da assembleia geral: reforma estatutária e alienação de imóvel. Foi aprovada a inclusão, no Estatuto da Assejur, da legitimidade para ingressar com **ação direta** de inconstitucionalidade de lei. Além disso, uma comissão eleita pelo plenário vai elaborar proposta de modificação da estrutura de funcionamento da Diretoria e dos Departamentos da associação. Quanto ao imóvel da Assejur (sala comercial no Centro Cívico), foi restabelecida a possibilidade de venda ou locação com base em valores definidos pelo mercado imobiliário.

Comitê se reúne

O Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição voltará a se reunir no próximo dia 23 (sexta-feira). Os trabalhos terão início às 14h, na sala de sessão 101 (1º andar do prédio anexo ao Tribunal de Justiça), já com a nova composição do colegiado, que assumiu em 1º de fevereiro. A **pauta da reunião** contém os seguintes itens: homologação da ata da reunião de 27/10/17, teletrabalho, Resolução nº 219/16, do CNJ, criação da Vara Regionalizada de Falências, competência para a aprovação de certidões de crédito judicial (CCJ), estruturação de equipes multidisciplinares, lotações de analistas judiciários, pedido de modificação dos critérios de relotação (Decreto nº 761/17), composição do Comitê Regional e cumprimento da Resolução nº 219/16 (questionamentos da Anjud).

Quem participa

Os novos membros do Comitê Regional iniciaram os seus mandatos em **1º de fevereiro** deste ano. A relação de titulares é a seguinte: Marcel Ferreira dos Santos (magistrado), Oswaldo Soares Neto (magistrado), Clayton Machado Carstens Junior (servidor), Daieniffer Cherini Lopes (servidora), Fernando Antonio Prazeres (magistrado), Eduardo Ressetti Pinheiro Marques Vianna (magistrado), Mário Dittrich Biliari (magistrado), Marcelo Oliveira dos Santos (servidor) e Mauro Troiano (servidor). Os suplentes são: Francisco Cardozo Oliveira (magistrado), Siderlei Ostrufka Cordeiro (magistrado), Ana Luiza Antunes Motta Waltrick (servidora), Patricia Wander Broock (servidora), Genevieve Paim Paganella (magistrada), Moacir Carneiro Junior (servidor) e Leonel Junior Pedralli (servidor).